



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Setor Público

Declaração de voto

O PCP vota contra o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Setor Público por considerar que este procede a um inaceitável branqueamento das responsabilidades do atual Governo PSD/CDS em mais um escandaloso negócio, altamente lucrativo para o capital financeiro, mas profundamente ruinoso para o Estado.

O Governo do PSD/CDS, tendo conhecimento logo após da sua tomada de posse da gravidade do problema dos contratos *swap* das empresas públicas, nomeadamente do elevado valor das perdas potenciais associadas (1.648 milhões de euros), não atuou de forma decisiva. Após meses de hesitações, a responsabilidade pela gestão das carteiras dos *swaps* das empresas públicas foi atribuída em dezembro de 2011 à Agência da Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, exigindo a alteração dos Estatutos desta entidade, algo se só viria a ocorrer em finais de agosto de 2012. Quando, finalmente, em setembro de 2012 se deu início à recolha sistemática de informação sobre os *swaps* das empresas públicas, necessária a uma abordagem global do problema, as perdas potenciais já quase haviam duplicado, atingindo 3.142 milhões de euros. Durante os 14 meses de quase total inação do Governo e da Secretária de Estado do Tesouro (atual Ministra de Estado e das Finanças) as perdas potenciais cresceram a um ritmo médio de 3,6 milhões de euros por dia.

Em outubro de 2012, na posse de todos os elementos e de pareceres técnicos financeiros e jurídicos, preparados por entidades contratadas para o efeito, o Governo PSD/CDS optou por negociar com os bancos o cancelamento de 69 contratos *swap*, a maioria dos quais de natureza especulativa, pagando-lhes, entre março e junho de 2013, a avultada soma de 1.008,5 milhões de euros. Ao mesmo tempo que cortava salários e pensões, que reduzia ou mesmo eliminava prestações sociais, que

484330 - 30picc@ESP - 2014-01-07

prosseguiu o desmantelamento das funções sociais do Estado, que impunha um inqualificável saque fiscal aos rendimentos do trabalho, que esmagava os portugueses e a economia nacional com a sua política de austeridade, o Governo decidiu, mais uma vez, favorecer os interesses da banca em detrimento do interesse público, entregando-lhe mais de mil milhões de euros pelo cancelamento de contratos *swap*. Impunha-se uma outra opção, a de utilizar todos os meios legalmente admissíveis para promover, consoante os casos, a declaração de nulidade ou a anulação dos contratos *swap* celebrados entre empresas públicas e instituições financeiras, eliminando as perdas potenciais que lhes estavam associadas.

O Projeto de Relatório Final, apresentado pela Sr.ª Deputada Clara Marques Mendes (PSD) evidencia – e bem – as sérias responsabilidades dos gestores de empresas públicas, que recorreram à celebração de contratos *swap* com motivações que iam muito além da simples cobertura de risco de taxa de juro, e do anterior Governo PS, que permitiu a proliferação desta prática lesiva do interesse público. Mas omite e distorce múltiplos factos apurados durante os trabalhos da Comissão relativos às profundas responsabilidades do atual Governo na gestão da carteira dos contratos *swap* das empresas públicas.

Em sede de discussão e aprovação do Projeto de Relatório Final, o PCP apresentou um vasto conjunto de propostas que visavam repor a verdade dos factos relativamente às sérias responsabilidades do atual Governo. Contudo, a Sr.ª Deputada Relatora e os deputados do PSD e do CDS recusaram acolher a esmagadora maioria das propostas do PCP, impondo um Relatório Final extremamente tendencioso, marcado por um inaceitável branqueamento das responsabilidades do atual Governo e, em particular, da Sr.ª Ministra de Estado e das Finanças.

Entende o PCP que, com base nos depoimentos recolhidos e na extensa documentação analisada pela Comissão, o Relatório Final deveria necessariamente incluir as seguintes conclusões:

- Após a tomada de posse, o Governo PSD/CDS tomou conhecimento da gravidade do problema dos contratos *swap* das empresas públicas. Em particular, a Sra. Secretária de Estado do Tesouro e Finanças (atual Ministra de Estado e das Finanças), foi informada pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), logo no dia seguinte à sua tomada de posse, que as perdas potenciais associadas aos *swaps* de 4 empresas públicas ascendiam a 1.294 milhões de euros. Esta informação foi atualizada pela DGTF no dia 26 de julho de 2011 (1.480 milhões de euros de perdas potenciais associadas a *swaps* de 13 empresas públicas) e no dia 3 de agosto de

2011 (1.648 milhões de euros de perdas potenciais associadas a *swaps* 14 empresas públicas).

- A Comissão não encontrou qualquer evidência que a Sra. Secretária de Estado do Tesouro e Finanças (atual Ministra de Estado e das Finanças) tivesse efetuado diligências, em 2011, junto da DGTF, da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) e do IGCP no sentido de promover a articulação entre estas entidades, prevista no Despacho n.º 896/2011, de 9 de junho, para proceder à avaliação dos impactos dos *swaps* contratados pelas empresas públicas.
- A decisão de concentrar no IGCP a responsabilidade da gestão das carteiras de contratos *swaps* das empresas públicas apenas foi comunicada ao Presidente do IGCP em 26 de dezembro de 2011, i.e. 6 meses após a tomada de posse do Governo PSD/CDS.
- A opção de atribuir ao IGCP a responsabilidade da gestão das carteiras de contratos *swaps* das empresas públicas obrigava a uma mudança nos Estatutos desta entidade, o que só viria a ocorrer no dia 27 de agosto de 2012, i.e. 14 meses após a tomada de posse do Governo PSD/CDS.
- Apesar da urgência de dotar o IGCP de competências para gestão da carteira de *swaps* das empresas públicas, a Sra. Secretária de Estado do Tesouro e Finanças (atual Ministra de Estado e das Finanças) permitiu que o IGCP estivesse sem Presidente durante 79 dias, desde o dia 31 de março a 17 de junho de 2012.
- A urgência na resolução do gravíssimo problema dos *swaps* das empresas públicas não se coadunava com a falta de diligência com que este assunto foi tratado pela, à data, Sra. Secretária de Estado do Tesouro e Finanças. Desde a tomada de posse do Governo até à alteração dos Estatutos do IGCP decorreram 14 meses, durante os quais as perdas potenciais cresceram ao ritmo médio de 3,6 milhões de euros por dia, passando de 1.648 milhões de euros para 3.142 milhões de euros.
- A recolha e análise de diversa documentação relacionada com os *swaps* das empresas públicas (nomeadamente, das fichas técnicas) só foi feita de forma sistemática, pelo IGCP, a partir de setembro de 2012.
- Atendendo à complexidade e urgência em analisar e simplificar a carteira de *swaps* das empresas públicas, cujos riscos de mercado foram considerados substanciais e de difícil gestão, o IGCP, não dispondo de conhecimentos técnicos para avaliar esses riscos e antecipar a sua evolução, procedeu à contratação de um consultor financeiro especializado – a empresa StormHarbour – capaz de o assessorar no processo de avaliação e renegociação dos *swaps* das empresas públicas.
- A consultora financeira StormHarbour, na sua análise das carteiras de contratos *swap* das empresas públicas, utilizou as fichas técnicas das operações vivas recolhidas de forma sistemática pelo IGCP em setembro de 2012. As fichas técnicas das operações que tinham sido reestruturadas, necessárias também para a

avaliação realizada pela StormHarbour, foram recolhidas ao longo dos meses seguintes.

- A StormHarbour, no exercício do seu mandato, procedeu à classificação dos *swaps* de quatro empresas públicas de acordo com critérios de risco/complexidade, propondo a manutenção apenas dos *swaps* mais simples e a eliminação de todos os outros. Posteriormente, o IGCP procedeu, no seu Relatório (do qual a StormHarbour não teve conhecimento) à alteração dos critérios usados pelo assessor financeiro especializado. Em consequência, vários dos *swaps* considerados pela Stormharbour como de elevado risco/complexidade deixaram de ser considerados problemáticos pelo IGCP. Entre estes contam-se os *swaps* contratados pela REFER na altura em que a Sra. Secretária de Estado do Tesouro (atual Ministra de Estado e das Finanças) era responsável pelo Departamento de Gestão Financeira dessa empresa.
- A Comissão não pode deixar de considerar estranho que o IGCP, tendo decidido contratar um assessor financeiro especializado por não possuir conhecimentos técnicos adequados para a avaliação dos contratos *swaps* das empresas públicas, tenha procedido à alteração dos critérios de classificação dos *swaps* propostos por esse mesmo assessor especializado, modificando, desse modo, o universo dos contratos *swaps* considerados problemáticos.
- A consultora legal Cardigos, na sequência da análise à documentação disponibilizada pelo IGCP, concluiu que as empresas públicas não tinham capacidade para celebrar as operações identificadas pelo IGCP como sendo de natureza especulativa na medida em que a prática desses atos conduzem à inobservância do objeto social e à violação de limites legais e estatutários.
- Em consequência, considerou a Cardigos que a nulidade dos contratos *swap* especulativos podia ser arguida a todo o tempo por qualquer interessado e implicava a destruição retroativa de todos os seus efeitos, nomeadamente, a restituição de tudo o que tiver sido prestado ao abrigo do negócio jurídico nulo.
- Apesar de o IGCP ter verificado que diversos contratos *swaps* das empresas públicas tinham natureza especulativa e, por conseguinte, não poderiam ter sido celebrados por empresas públicas, o Governo decidiu não optar pela via judicial para declarar a nulidade desses contratos, preferindo negociar com os bancos.
- Em resultado desta negociação, foram cancelados 69 *swaps*, tendo 9 empresas públicas pago 1.008,5 milhões de euros a 9 bancos por esses cancelamentos. Visto que muitos dos contratos cancelados no âmbito desta negociação eram de natureza especulativa, declarada a sua nulidade não haveria lugar a qualquer pagamento à banca.
- Em paralelo ao cancelamento dos *swaps* das empresas públicas, o IGCP desfez a sua própria carteira de *swaps*, relativa à cobertura de risco da dívida da República, recebendo da banca 839,6 milhões de euros. Este montante foi emprestado pelo

- IGCP às empresas públicas reclassificadas para que estas pagassem à banca pelo cancelamento dos seus *swaps*.
- Deste modo, o Governo decidiu usar as receitas provenientes dos *swaps* da dívida da República, não especulativos, para pagar à banca o cancelamento de *swaps* das empresas públicas, muitos dos quais de natureza especulativa. Com esta sua opção, o Governo favoreceu a banca em detrimento do interesse público.
 - O recurso aos meios legalmente admissíveis para promover a declaração de nulidade ou a anulação dos contratos *swap* celebrados entre empresas públicas e instituições financeiras permitiria ao Estado eliminar as perdas potenciais associadas a esses *swaps*, poupando centenas de milhões de euros ao erário público. Quanto às receitas dos *swaps* da dívida pública contratados pelo IGCP, manter-se-iam como receitas do Estado ao longo dos anos, até esses *swaps* atingirem a maturidade.
 - Vários membros dos conselhos de administração de empresas públicas demonstraram, nos seus depoimentos, não possuírem a capacidade técnica para identificar os riscos associados aos *swaps* contratados, nem para avaliar a adequação desses produtos às necessidades das suas empresas. Atuando no mercado como investidores qualificados, as empresas públicas celebraram, na realidade, contratos *swap* desequilibrados, extremamente favoráveis à banca e lesivos do interesse público.
 - Os mecanismos de supervisão das instituições financeiras, legalmente previstos, revelaram-se manifestamente insuficientes e desadequados, permitindo que a banca disponibilizasse *swaps* de natureza especulativa às empresas públicas.

Assembleia da República, 7 de janeiro de 2014

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP

Paulo Sá

Bruno Dias